

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.:

Data: 04.10.83

Pg.: 3

# Caso Juruna envolve interesses do Palácio

Da sucursal de  
BRASILIA

A Mesa da Câmara adiou para hoje a formalização da censura pública contra o deputado Mário Juruna. Em outras palavras, protelou o anúncio de mais uma derrota parlamentar do governo. A delicadeza da situação terá sido a responsável pelo adiamento, mas dúvidas inexistem: sob nenhuma hipótese o deputado Flávio Marçílio e seus companheiros admitirão punir o cacique, nem sequer com a suspensão de seu mandato, muito menos com a cassação. Como era essa última hipótese que o Palácio do Planalto desejava, exigindo ou esperando, a conclusão surge óbvia. No delicado plano das relações entre o Executivo e o Legislativo, mais um componente de crise engrossa a fileira caracterizada pela formação da dissidência do PDS, a rejeição do Decreto-Lei nº 2.024 e as previsões de derrota do Decreto-Lei nº 2.045.

Não se trata, o episódio Juruna, de simples questão constitucional, onde um Poder, por respeito ao outro, não avança em sua esfera de competência. O governo já avançou, não ao pedir punição para o deputado fluminense, mas ao deixar claro, pelos seus porta-vozes, que só se contentaria com a cassação de seu mandato. Também não se pense estar iminente uma ruptura no regime, com o fechamento abrupto da Câmara dos Deputados. Passou o tempo dessas barbaridades e não haveria como retirá-las do livro da História a não ser pela implantação da ditadura — melhor seria dizer, a reimplantação. O general João Figueiredo, dos mais irritados diante das agressões verbais do parlamentar, seria o último a engendrar ou a permitir golpes de Estado.

Há, no entanto, um impasse político, na medida em que o Congresso vai recusar a cassação de um de seus integrantes, pedida pelo governo. A pergunta que se faz é como e por que o Palácio do Planalto, conhecendo como todo mundo a tendência parlamentar, caminhou para caracterizar o confronto. Nada era mais fácil de prever do que a atitude a ser tomada hoje pela Mesa da Câmara. Por espírito de corpo, questão de justiça, natureza das coisas, tolerância, independência ou sucedâneo, não passava pela cabeça de ninguém admitir Flávio Marçílio e seus companheiros agindo diferente. Pretendiam os coordenadores palacianos, desde o início, fazer as coisas chegar aonde vão chegar? Ou, descoordenados, deram apenas outra prova de incompetência?

Tanto faz se, na realidade, estamos onde estamos. As relações entre Executivo e Legislativo se deterioraram, e há quem suponha ter sido esse o objetivo dos arquitetos da crise. Dentro de sua visão peculiar, e colocada a Câmara na defensiva, abrir-se-iam condições para que os deputados pensassem duas vezes antes de, dia 20, recusarem aprovação ao Decreto-Lei nº 2.045. A blitz pela preservação da política salarial imposta por decreto-lei começaria no episódio Juruna, responsável pelo acirramento dos ânimos e a elevação da temperatura política. Seria uma espécie de fogo na floresta com o objetivo específico de chamar os bombeiros, ou de transformar todos em bombeiros.

Vivêssemos nos tempos do general Golbery do Couto e Silva e maior veracidade haveria para esse raciocínio, pois o ex-chefe do Gabinete Civil era dado a tais manobras tor-

tuosas e de operação esotérica. Com o ministro Leitão de Abreu, porém, ninguém garante nada. Como coordenador, ele tem sido um fracasso. Presumir que, vencendo uma, o Congresso consinta em perder outra será transferir para a política o ocorrido em certos campeonatos de futebol, onde times privilegiados de repente perdem para times desmoralizados, geralmente sem explicação, mas visando a aumentar o entusiasmo, as bilheterias e a participação popular nas próximas pelepas.

Salvo engano, com ou sem planos maquiavélicos, daqui para diante crescerá a tensão em Brasília. Bem como aumentará a cautela parlamentar no trato com o governo. A cabeça do cacique não rolará nem rolará, mas sua garganta será instalada à moderação, bem como seus companheiros se obrigarão a pensar duas vezes antes de acusar, convocar e, mesmo, votar. Também pode ser que por aí se abra uma fresta na muralha compacta da recusa ac 2.045. Mas não é provável, o que condenaria a mais um malogro e coordenação descoordenada dos dias atuais.

Em suma, são dias de angústia que retornam ao Planalto Central, demonstrando que, apesar da abertura política, das metas conquistadas e das boas perspectivas em nos transformarmos em uma democracia, obstáculos ainda existem, e grandes. Porque, à maneira do doutor Jeckil e do senhor Hyde, o governo de quando em quando toma a sua poçãozinha abominável e exhibe presas e garras de monstro, incompatíveis com o jaleco de médico e os alfarrábios de cientista. Há que respeitar o Congresso, dizem os auxiliares do presidente da República, mas, em contrapartida, dizem também que o Congresso não poderia estar atuando como atua, prática que não os agrada.

Não se debitará todo o ônus do que acontece aos inquilinos do Palácio do Planalto. Mais do que eles, exprime e gera o paradoxo atual a herança de tantos anos de arbítrio e prepotência onde a política e os políticos só existiam para cumprir ordens ou sofrer humilhações. Mudaram as estruturas, não se podendo negar justiça ao general João Figueiredo pela mudança, mas permaneceram as mesmas a mentalidade e a postura de prepotência dos governantes, incluindo o presidente. Quiseram porque quiseram, com ou sem segundas intenções, a cassação de um mandato parlamentar. Como não podem mais cassar, exigiram ou esperaram que a Câmara cassasse. Ela não vai cassar, e o resultado se configura nas apreensões, na expectativa de crise e na insegurança generalizadas. É possível que nada de mais grave ocorra mas os acontecimentos trazem gravidade intrínseca quando o governo se diz e se sente desagradado pelo fato de o Congresso não cumprir seus desejos. Mesmo sabendo-se que os Congressos não existem para agradar ou desagradar ninguém, e que os governos, por seu turno, não vivem para pressionar, mas para governar.

Na realidade, não se espera para hoje, amanhã ou depois nada além de maior deterioração entre o Palácio do Planalto e o Congresso. Se circulam maus vaticínios, eles se fazem para mais tarde, quando da provável recusa do Decreto-Lei nº 2.045. Nesse caso, existe gente fazendo um estranho paralelo: o caso Juruna está para a reforma do Judiciário assim como a rejeição do decreto-lei salarial estará para o pacote de abril de 1977...

C.C.